

Para Simonsen, o Brasil perdeu US\$ 1 bilhão com a decretação da moratória

por Cecília Costa
do Rio

A moratória brasileira, que resultou na suspensão de pagamento de juros aos credores privados desde fevereiro do ano passado até este mês de janeiro, na opinião do ex-ministro Mário Henrique Simonsen, foi um grande erro, podendo ser caracterizada como "exercício de um enxadrista delirante".

"O Brasil comportou-se como um jogador inexperiente que resolve desafiar o campeão russo Kasparov. Além de jogar mal, o que já o levaria a perder a partida, resolveu, ainda por cima, anunciar os primeiros vinte lances que pretendia dar. É claro que o campeão de xadrez, no caso os banqueiros internacionais, não deixou o País chegar nem ao quarto lance. Com isso, o Brasil não só perdeu o jogo, como perdeu com humilhação", disse Simonsen, que calcula que só com o pagamento de "spread" (taxa de risco) bem acima do que o que vem sendo pago atualmente pelos outros devedores (2,2% ao ano ante 0,8%) o País tenha tido um prejuízo, ao suspender o pagamento de juros, de cerca de US\$ 1 bilhão.

Ao resolver pagar agora em janeiro US\$ 350 milhões de juros (37% da parcela devida em janeiro), Simonsen crê que as relações do Brasil com o mercado financeiro internacional se normalizarão totalmente, porque um acordo é de interesse não só do governo brasileiro, mas também dos credores privados. "Os bancos fizeram reservas para arcar com a suspensão dos juros, mas é claro que preferem não utilizá-las", observou.

ACORDO EM MARÇO

Segundo o ex-ministro, as condições são muito favoráveis no momento para que o Brasil consiga, como deseja o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, fechar um acordo provisório com os banqueiros, relativo à dívida de 1987 e deste ano, em março. O segundo passo a ser dado, afirmou, será a obtenção de um acordo definitivo de reescalonamento da dívida, a fim de acabar com o desgaste dos acordos

provisórios e deixar não só o Brasil respirar, no tocante à negociação da dívida externa, como também os banqueiros. Se este acordo definitivo for fechado, ele crê que estará assegurado por dezesseis anos o "spread" de 0,80%, "porque até as Filipinas o conseguiram". "É claro que a partir de agora deverão normalizar-se também as relações do País com as instituições internacionais, no que diz respeito à liberação de novos créditos, assim como deverá normalizar-se também a concessão de linhas de curto prazo, interbancárias e comerciais", afirmou.

Sobre as instituições internacionais, não atingidas pela moratória, Simonsen considera que o País optou ficar pagando a dívida barata, já que essas instituições cobram juros mais baixos. Em compensação, "aumentou a dívida cara, a dos banqueiros privados". O governo brasileiro se esqueceu", observou, "que, mesmo pagando os juros devidos ao Banco Mundial e outros organismos multilaterais, o sistema financeiro internacional não funciona por compartimentos estanques", ou seja, haveria também retração de recursos por parte desses organismos.

A FAVOR DA CONVERSÃO

A opinião de Simonsen sobre a conversão de dívida em capital de risco é que não deve ser vista como panacéia, mas trata-se de um instrumento interessante, que deverá trazer recursos para o País. Se os investimentos feitos com os recursos originários da conversão derem certo, novos investimentos deverão ser realizados no futuro, ou seja, recursos novos entrarão no País. O sucesso da conversão também deverá ter outra consequência: a eliminação gradativa do deságio, já que os papéis brasileiros passarão a ser mais valorizados no exterior.

O ex-ministro da Fazenda acha triste a meta do governo de manter a inflação estável em torno de 15% ao mês. Para que o combate à inflação dê certo, obtendo-se uma redução maior no índice, basta, segundo ele, que o governo contenha o déficit público.